

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.228.147 - SP (2017/0334595-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : ESCRITORIO TECNICO ARTHUR LUIZ PITTA  
ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA  
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ MOREGOLA E SILVA E OUTRO(S) -  
SP114875  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA. CARÁTER CONFISCATÓRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF (RE 640.452/RO E RE 882.461). RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX).*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial de ESCRITÓRIO TÉCNICO ARTHUR LUIZ PITTA ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA., interposto com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

*EMBARGOS À EXECUÇÃO. CDA. MULTA MORATÓRIA. TAXA SELIC. LEGALIDADE.*

*- Hipótese que não é de Certidão de Dívida Ativa com informes incompreensíveis, restando devidamente observadas as exigências da lei.*

*- Regularidade na cobrança da multa. Precedentes.*

*- Legalidade na utilização da taxa SELIC para fins de correção do débito tributário. Precedentes.*

*- Recurso desprovido (fls. 133).*

2. Verifica-se que, nos autos, há discussão de tema objeto de repercussão geral perante o STF (RE 640.452/RO e RE 882.461).

3. Com efeito, embora a existência de repercussão geral pela Corte Suprema não imponha o sobrestamento do Recurso Especial em matéria idêntica, inexistente óbice a que esta Corte determine a devolução dos autos à origem para a

observância do art. 1.040 do Código Fux.

4. Assim, *encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado* (AgInt no REsp. 1.366.363/ES, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 23.8.2017). Confira-se, ainda:

*AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTE ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.*

1. *Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.*

2. *A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento* (AgInt nos EDcl no REsp. 1.589.873/CE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 22.8.2017).

5. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação dos acórdãos dos Recursos Extraordinários citados, a Corte de origem proceda a novo juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.040 do Código Fux.

6. Publique-se. Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

NAPOLÊÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR